



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo: 6957/2024

Requerente: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assunto: Chamada Pública. Aquisição de gêneros alimentícios através de agricultores familiares para merenda escolar. Art. 14 da Lei 11.947/2009 e Resolução nº 38 do CD/FNDE DE 2009. Indagação, via telefonema, de Grupo Informal de Mulheres que apresentaram projeto de venda com 30% de valor acrescido por itens agroecológicos. Lei 14.284/2021, que revogou o art. 17, parágrafo único da Lei 12.512/2011, que criava tal benefício. Pelo indeferimento.

A Agente de Contratação, no evento # 45, pediu análise quanto ao projeto apresentado pelo **GRUPO INFORMAL DE MEULHERES DA AGRICULTURA FAMILIAR** que acresceu 30% de valor sobre o preço estimado no edital de chamamento público, por se tratar de itens agroecológicos ofertados no chamamento público.

A Lei 12.512/2011, que institui o programa de apoio à conservação ambiental e o fomento às atividades produtivas rurais, dispunha em seu art. 17,

Rua Coronel Francisco Limongi, 353, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ
CEP 25.780-000 – Tel. (24) 2224 - 2454





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal, estadual, municipal e do Distrito Federal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários descritos no art. 16, dispensando-se o procedimento licitatório, obedecidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

(...)

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA. (Revogado pela Medida Provisória nº 759, de 2016)

Ocorre que o art. 17 da citada lei, que previa a possibilidade de acréscimo de até 30% de valor sobre o valor estimado no edital para produtos convencionais, foi revogado pela Lei 14.284/2021, que instituiu o auxílio Brasil e o programa alimenta Brasil, em seu art. 46, III:

Art. 46. Revogam-se:

I - os arts. 4º a 6º da Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012;

II - o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 julho de 2003;

III - os arts. 16 a 24 e o art. 33 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; e

IV - a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Dessa forma, a Lei 12.512/20111 previa, em seu art. 17, parágrafo único, a possibilidade de acréscimo de até 30% sobre o valor do preço





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

estimado para alimentos convencionais quando o produto ofertado fosse agroecológico, tendo sido tal dispositivo legal revogado pelo art. 46, III da Lei 14.284/21, além de que se tratava de mera possibilidade (faculdade), a critério da Administração Municipal, de acrescentar ao preço estimado para alimento agroecológico, que deveria, ainda, estar previsto no edital, o que de fato não ocorreu.

Diante do exposto, considerando a revogação do benefício ao agricultor agroecológico, opino pelo indeferimento, devendo ser mantidos os preços estimados no chamamento público e adjudicadas as propostas mais vantajosas à Administração.

À Agente de Contratação para decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 20 de agosto de 2024.

Victor Hugo Lagreca Casamasso

Advogado do Município

OAB/RJ 88.801 – Mat. 1481





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

62C737FF04834A5F888DF9A2B60C088A

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/62C737FF04834A5F888DF9A2B60C088A>